



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0199609-8  
COMARCA: RECIFE - 6ª VARA CÍVEL  
AGRAVANTE: CARLOS AUGUSTO MOREIRA e OUTRO  
AGRAVADO: FERNANDO JOSÉ DE SÁ AZEVEDO  
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

5335  
**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO - REJEITADA - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - HIPÓTESE DE PROCEDIMENTO BIFÁSICO/DÚPLICE - MALFERIMENTO DO RITO PROCESSUAL PRÓPRIO - RECURSO PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 0199609-8, em que figuram como Agravantes CARLOS AUGUSTO MOREIRA e ANA LICE MENEZES MOREIRA, e como Agravado FERNANDO JOSÉ DE SÁ AZEVEDO, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam: "À unanimidade, foi rejeitada a preliminar de intempestividade do recurso. No mérito: À unanimidade, deu-se provimento ao agravo de instrumento modificando a decisão do 1º grau nos termos do voto do relator", tudo de acordo com o relatório, o voto e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 28 de janeiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta  
Relator



437  
/ 2  
028

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 199609-8  
AGRAVANTE: CARLOS AUGUSTO MOREIRA e OUTRO  
AGRAVADO: FERNANDO JOSÉ DE SÁ AZEVEDO  
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL  
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

**RELATÓRIO**

CARLOS AUGUSTO MOREIRA e ANA LICE MENEZES MOREIRA, qualificados à fl. 02 e através de advogados regularmente constituídos, manejam Recurso de Agravo de Instrumento irresignados contra Decisão proferida pelo Douto Juízo de Direito da 6ª Vara Cível da Capital, em sede de Cumprimento Provisório de Sentença, de nº 001.2005.015435-5/01, que determinou a nomeação de perito judicial para a realização de exame contábil, bem como a intimação das partes para apresentação de quesitos e indicação de seus respectivos assistentes técnicos, sem a devida observância do rito procedimental específico, estatuído pelos artigos 914 a 919, do CPC.

Alegam os Agravantes, em síntese, que em Ação de Prestação de Contas foram condenados a apresentá-las no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contudo não foram intimados pessoalmente.

Afirmam, ainda, que, independentemente, de terem sido intimados para os fins acima mencionados, apresentaram suas contas, razão porque pleiteam seja chamado à ordem o feito originário, para revogar os despachos atacados, e dar prosseguimento à segunda fase da ação nos termos do artigo 915, §§ 1º, 2º e 3º, do CPC.

Através do despacho que está lançado às fl. 415, reservei-me para apreciar o pedido de suspensividade após a notificação a apresentação das contra-razões pela Agravada, e a prestação de informações pelo Juízo *a quo*.

Contra-razões às fls. 426/431, com preliminar de intempestividade do recurso.

Assim voltaram-me os autos conclusos.  
É o que se impõe relatar.  
Inclua-se em Pauta.

Recife, 11 de janeiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta  
Relator



443

029

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 199609-8  
AGRAVANTE: CARLOS AUGUSTO MOREIRA e OUTRO  
AGRAVADO: FERNANDO JOSÉ DE SÁ AZEVEDO  
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL  
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

**VOTO**

- Inicialmente, enfrente a preliminar de INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO suscitada pelo Agravado;
- Ante um simples exame da certidão de intimação de fl. 17, percebo que o Agravo de Instrumento foi manejado a bom tempo, vez que as decisões atacadas foram publicadas em D.O. no dia 25/09/2009, uma sexta-feira, projetando o *dies a quo* para a Segunda-Feira 28 daquele mês, ocorrendo o *dies ad quem*, na Quarta-Feira, 07 de outubro de 2009, data essa na qual foi interposto o recurso, conforme chancela do protocolo lançada à margem direita da petição de fl. 02, **razão porque rejeito a preliminar aventada;**
- No mérito, verifico que o Recorrido ingressou com procedimento de cumprimento provisório de sentença, decorrente de Ação de Prestação de Contas por ele intentada face aos, aqui, Agravantes, perante o Juízo de Origem;
- A irresignação dos Recorrentes cinge-se ao entendimento de que o Togado Singular fora induzido em erro pelo Agravado/Exeqüente, quando atendendo o pleito executório, determinou a nomeação de perito judicial para a realização de exame contábil, bem como a intimação das partes para apresentação de quesitos e indicação de seus respectivos assistentes técnicos, sem a devida observância do rito procedimental específico, estatuído pelos artigos 914 a 919, do CPC;
- Do cotejo dos autos, observo assistir razão aos Agravantes;
- A norma legal para as ações de prestação de contas (artigo 915, do CPC), fixa um procedimento que pode desenrolar-se em duas fases distintas, a depender da conduta processual do demandado, pois o mesmo é citado para apresentar as contas ou contestar;
- Se as apresenta, independentemente, de reconhecer a obrigação de prestá-las, segue-se o rito do § 1º, do artigo 915, do CPC, com fase única, para o julgamento das contas e a apuração de saldo devedor, acaso existente;



441  
030

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

- No caso, *in concreto*, face à apresentação de contestação, foi proferida sentença que, reconhecendo a insatisfatoriedade da prestação de contas por parte dos Agravantes, julgou procedente a ação originariamente proposta, com condenação dos mesmos para as prestar na forma mercantil ou contábil, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não ser lícito impugnar as que o Autor/Agravado vier a apresentar;
- Houve interposição de recurso de Apelação Cível (nº 143.308-7), com Acórdão proferido pela 1ª Câmara Cível, que deu parcial provimento ao apelo, apenas, para aprazar a obrigação de prestar contas referente ao período compreendido a partir de 26/07/2001, mantendo-se para os Agravantes, no mais, intocada a condenação outrora fixada;
- Após consulta no sistema informatizado dessa Casa (JUDWIN), verifico que os Als nº 181.118-7, nº 181.189-6 e nº 185.063-3, tirados contra as decisões que inadmitiram os Recursos Especiais e Extraordinário já foram baixados e remetidos ao Juízo de Origem, e por conseguinte o v. Acórdão transitou em julgado;
- Nessa trilha, com o trânsito em julgado da decisão condenatória, encerra-se a primeira fase, devendo seguir-se com a intimação dos Agravantes, na forma do artigo 915, § 2º, do CPC, os quais deverão ser intimados pessoalmente, por se tratar de ato pessoal dos mesmos;
- Como os Agravantes se deram por intimados, conforme traslado da peça apresentada no Juízo *a quo*, de fls. 401/406, bem como apresentaram sua prestação de contas, deve ser oportunizado vista dos autos ao Agravado para sobre elas se pronunciar, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 915, §§ 1º e 3º, do CPC);
- Face essa soma de circunstâncias, e em homenagem ao princípio da ampla defesa e do devido processo legal, meu voto é para **DAR PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO**, tornando sem efeito os despachos de fls. 368 e 371 (fls. 15/16-TIPE), proferidos no processo nº 001.2005.015435-5/01, Ação de Cumprimento Provisório de Sentença, determinando seja intimado o Autor/Agravado para que se manifeste sobre a prestação de contas ofertada pelos Réus/Agravantes, no prazo de 05 (cinco) dias, como preconiza o artigo 915, §§ 1º, 2º e 3º, do Código de Ritos.

**É COMO VOTO.**

Recife, 26/01/2010.